

Sumário

Prefácio	XIII
A Dosimetria da Multa Fiscal no ICMS	XV
Introdução	1
1. A Sanção no Direito Tributário	7
1.1 A ideia de sanção	8
1.2 A importância da sanção no Direito Tributário	17
1.3 As funções das sanções	20
1.4 A natureza jurídica da sanção	24
1.5 Sanções tributárias vs. sanções penais	31
1.6 As espécies de sanções tributárias	36
1.7 As multas fiscais	39
2. A Ausência de Dosimetria nas Multas Fiscais	47
2.1 O combate à sonegação fiscal por meio do incremento de obrigações tributárias	48
2.2 A ausência de dosimetria nas multas fiscais do ICMS	52
2.2.1 A multa fiscal devido à falta de recolhimento do ICMS	53
2.2.2 A multa fiscal devido à inobservância de deveres instrumentais relativos às informações econômico-fiscais	59
2.3 A interpretação nos tribunais da ausência de dosimetria nas multas fiscais	66
3. Elementos Constitucionais Norteadores do Poder Sancionador Fiscal	79
3.1. A necessidade de legitimação da sanção no Direito Tributário	80
3.2 Parâmetros inerentes ao poder sancionador	83
3.2.1. Postulado da proporcionalidade	88
3.2.2. Postulado da igualdade	94
3.3. Limites ao poder sancionador fiscal	100
3.3.1 Limite qualitativo	100
3.3.2 Limite quantitativo	101
3.3.2.1 Vedação ao confisco	106
3.4 Elemento constitucional de graduação da multa fiscal: o princípio da capacidade contributiva	110
4. Uma Proposta de Graduação das Multas Fiscais para o Estado do Pará.	121
4.1 A aplicação do postulado da proporcionalidade	124
4.2 A aplicação do postulado da igualdade	131

4.3 Casos práticos	140
4.3.1 A capacidade contributiva e a sua relação com a receita operacional bruta.....	141
4.3.2 A capacidade contributiva e a exigência da progressividade na sua calibração	143
4.3.3 A capacidade contributiva não se confunde com capacidade econômica	145
4.3.4 A aplicação atual das multas fiscais do ICMS no Estado do Pará e a nova proposta de graduação	147
Conclusão	155
Referências Bibliográficas	161
Apêndices	169